

Para “ampliar o campo de debate”: releituras do colonialismo português em João Paulo Borges Coelho e outros autores

SILVIO RENATO JORGE
Universidade Federal Fluminense/CNPq

RESUMO: ESTE TRABALHO SE PROPÕE A DISCUTIR O MODO COMO OS PERÍODOS COLONIAL E PÓS-COLONIAL SÃO RELIDOS EM ROMANCES TRAZIDOS A PÚBLICO A PARTIR DA DÉCADA DE NOVENTA, EM PORTUGAL, MOÇAMBIQUE E NOS DEMAIS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA. ESSES ROMANCES, COM DESTAQUE PARA A PRODUÇÃO DE JOÃO PAULO BORGES COELHO, ASSINALAM A NECESSIDADE DE UMA RECUPERAÇÃO DO SENTIDO HISTÓRICO PARA A PERCEPÇÃO EFETIVA DAS CARACTERÍSTICAS CULTURAIS PRESENTES AINDA HOJE EM TAIS PAÍSES.

ABSTRACT: THIS PAPER AIMS TO DISCUSS HOW THE COLONIAL AND POSTCOLONIAL ARE REREAD IN NOVELS BROUGHT TO THE PUBLIC FROM THE NINETIES, IN PORTUGAL, MOZAMBIQUE AND OTHER AFRICAN COUNTRIES WHOSE OFFICIAL LANGUAGE IS PORTUGUESE. THOSE NOVELS, WITH EMPHASIS ON THE PRODUCTION OF JOÃO PAULO BORGES COELHO, INDICATE THE NEED FOR A RECOVERY OF HISTORICAL MEANING FOR THE EFFECTIVE REALIZATION OF THE CULTURAL CHARACTERISTICS STILL PRESENT IN SUCH COUNTRIES.

PALAVRAS-CHAVE: PÓS-COLONIALISMO. JOÃO PAULO BORGES COELHO. ROMANCE CONTEMPORÂNEO.

KEYWORDS: POSTCOLONIALISM. JOÃO PAULO BORGES COELHO. CONTEMPORARY NOVEL.

O propósito primeiro da escrita – acadêmica ou literária – não é ilustrar nem cumprir rituais (incluindo o de ganhar dinheiro), não é dar provas de obediência. É ajudar a diminuir o sofrimento da existência (no sentido literal e cultural); é combater a ignorância; é, munidos de inteligência e das armas da escrita que o destino pôs em nossas mãos, ajudar a transformar o nosso local concreto sem perder de vista que fazemos parte do universal. Um projeto ambicioso, mas do qual não podemos escapar.

João Paulo Borges Coelho

Ao revisitar a obra de Olga Gonçalves, objeto de meu doutoramento, a partir de nova perspectiva delineada pelos resultados dos sucessivos projetos de pesquisa que levei adiante desde então, deparei-me com uma questão muito significativa em vários de seus romances, mas, sobretudo, em *Rudolfo*, publicado em 1985, em que a autora, de forma a meu ver pioneira na narrativa portuguesa de então, destacava como tema a problemática dos retornados¹, para enfatizar as relações entre estas personagens e o espaço africano e as suas dificuldades de inserção na sociedade portuguesa pós-revolucionária. Curiosamente – e neste momento minha memória recorre de imediato a dois outros textos de grande circulação no meio acadêmico brasileiro, *Partes de África* (1991), de Helder Macedo, e *O esplendor de Portugal* (1997), de António Lobo Antunes -, fui levado a constatar a atual re-valorização do tema na produção publicada em Portugal desde o início dos anos noventa: são vários os novos títulos lançados recentemente, literários ou jornalísticos, aos quais se acrescentam obras que se dirigem a aspectos aparentemente tangenciais, mas, no fundo, profundamente relacionados a este, como a Guerra Colonial/Guerra de Libertação Nacional, por exemplo, o que me levou a questionar se esse não seria o instrumento utilizado por uma nova geração de autores para repensar o lugar de Portugal e do Império pelos portugueses construído no concerto da história, ou seja: ao convocar o tema dos retornados e, consequentemente, problematizar a decadência do Império, esses autores estariam também apontando para a complexa relação entre metrópole e colônia, entre

1 Chama-se “retornados” aos colonos que, fugindo da independência dos países africanos, retornaram a Portugal. O termo liga-se ao “português de torna viagem”, encontrado em romances do séc. XIX.

colonizador e colonizado, enfim, entre os que voltaram, optando pelo medo e pela tentativa de apegar-se aos fiapos de uma imagem de centro, e os que optaram por ficar e integrar-se ao novo país, seja ele Angola ou Moçambique, ou mesmo São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau. E aqui, cabe um destaque inicial: é claro que ter ficado ou partir não significou meramente uma escolha, ao menos não uma escolha feita naquele momento. O que se configurou foi uma resposta à própria posição de determinados colonos em relação às suas opções diante da guerra de libertação e do processo de independência desses países. De qualquer forma, e em um sentido profundo, não seria demais afirmar que o que aí se desenha é fruto de uma escolha, de um posicionamento político e ideológico estabelecido ainda em momentos anteriores e que veio a determinar o que se sucedeu a cada um a partir da Revolução dos Cravos e dos distintos processos de independência dos países africanos. Parece-me, portanto, sugestiva essa hipótese que vê nos romances hoje publicados uma tentativa de recuperar, pelo viés da memória, o que foi a presença portuguesa na África, ainda mais se, em uma perspectiva pós-colonial, procuro compreender a sua contraface, ou seja: que resposta é dada a essas indagações por textos africanos produzidos no mesmo período? O espaço de discussão aí delineado mostra-se, a meu ver, extremamente profícuo, pois destinado a indagar acerca de traumas e memórias, recolocando questões significativas dentro do cenário dos Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa. Se considero possível criarmos uma perspectiva que nos permita ler de forma crítica o modo como essa recente geração de portugueses exorciza os traumas da nação, ao mesmo tempo em que problematiza o processo ao qual poderíamos chamar de “a volta para casa”, destacando a inconsequência das autoridades que nele se envolveram, bem como o “desastroso” fim da experiência colonial lusitana², também sou levado a indagar acerca da existência de uma produção literária africana que, na contramão do discurso oficial, informa a existência de um processo complexo de transformação sociopolítica e cultural, que não pode e nem deve ser reduzido a uma fala essencialista ou monologante. A produção romanesca de João Paulo

2 É claro que uso aqui o termo “desastroso” com certa dose de ironia (desastroso para quem?), mas também considerando o desalento daqueles que, retornando a Portugal, encontram-se diante de um país estranho, de uma paisagem desconhecida e que, no fundo, os rejeita...

Borges Coelho, romancista moçambicano que com certeza pode ser incluído no grupo dos mais representativos de sua geração, é, nesse caso, muito sugestiva, pois se propõe a problematizar aspectos históricos e culturais do processo de formação da sociedade moçambicana contemporânea, acenando para o passado colonial a partir de uma perspectiva que, crítica e atual, não teme levantar a inevitabilidade dos marcos produzidos pelo colonizador, o qual, ao se apropriar violentamente da terra, lá, no entanto, também terminou por deixar traços culturais significativos. Nesse sentido, a leitura que aqui proponho aponta para a necessidade de retornar à análise de romances como *As duas sombras do rio* (2003), *As visitas do Dr. Valdez* (2004) e *Crónica da rua 513.2* (2006), com os quais venho trabalhando há algum tempo, mas já agora sob uma nova perspectiva, que procure destacar a percepção aguda que tais textos têm de uma realidade multifacetada, cuja leitura não se pode restringir à tentativa de obliteração do que foi a experiência colonial em Moçambique. A produção romanesca de Borges Coelho caracteriza-se, desta forma, por uma abrangência muito peculiar, visto que, se por um lado desestabiliza uma leitura mais conservadora da presença portuguesa em Moçambique, pondo em destaque elementos pouco conhecidos e/ou divulgados e acentuando as contradições do sistema colonial, por outro realiza, através dessa convocação, mas não apenas, uma discussão acerca das falências dos projetos transformação social e política do país, pondo em xeque o caráter autoritário com que tais transformações foram conduzidas. Assim, na *Crónica da rua 513.2* a presença fantasmática dos ex-habitantes portugueses das casas ali situadas – não são fantasmas propriamente ditos, mas espectros, rastros de uma presença ainda presentida - propicia uma leitura crítica pontuada pela ironia, na qual se percebe, de um lado, as contradições da sociedade colonial e, de outro, as contradições geradas pelo novo sistema político e pela permanência, naquela sociedade, de práticas e vínculos inerentes ao autoritarismo de regimes centralizadores, estejam eles à direita ou à esquerda. A reiterar essa perspectiva, encontro as palavras do próprio autor, em depoimento intitulado “Escrita acadêmica, escrita literária”, em que afirma:

Assim, o contrato fundador tanto de intelectuais/acadêmicos como de escritores/artistas pressupõe que o sejam de corpo inteiro, presos a valores, não a obscuras hierarquias. A este respeito não resisto a citar o pensador Edward

Said, que diz que a nossa função (enquanto acadêmicos ou escritores) é ampliar o campo de debate, não é estabelecer limites concordantes com a autoridade dominante. (COELHO, 2008: 236)

É justamente essa busca por ampliar o campo de debate e a tentativa de ultrapassar vínculos e limites que possam toldar sua visão crítica que percebemos na produção literária do romancista, capaz de retomar, n' *As visitas do Dr. Valdez*, a relação complexa entre as duas senhoras mestiças - Sá Caetana e Sá Amélia - e o jovem Vicente, o empregado que as acompanha na mudança para a Capital, aí apontando a permanência de traços do que foi a experiência colonial dessas senhoras e do criativo rapaz, sem ocultar, entretanto, os laços de afetividade que paulatinamente se vão constituindo. Tal procedimento enriquece sua perspectiva, sem, todavia, incorrer no equívoco de desenhar no texto uma exaltação da brandura do colonialismo português, no molde que poderemos encontrar não apenas numa certa leitura freiriana do lusotropicismo - ao menos, naquela que foi propagada pelo regime salazarista -, mas também em vários dos romances portugueses que hoje tematizam a questão dos retornados. Neste ponto, cabe uma observação: é claro que ao citar os romances portugueses não me refiro às obras de Helder Macedo ou de António Lobo Antunes acima indicadas, mas a textos como *Os retornados*: um amor nunca se esquece (2008), de Júlio Magalhães, ou *O último ano em Luanda* (2008), de Tiago Rebelo, em que, para além de uma natural reflexão acerca das contradições próprias do período, encontra-se também uma abordagem da vivência portuguesa nas colônias que oblitera, de certa forma, na análise das relações humanas, a presença de práticas autoritárias próprias do sistema colonial. Ao contrário, o que se institui na leitura proposta por Borges Coelho é justamente essa tentativa, como já afirmei, de ultrapassar vínculos ou hierarquias obscuras para que se possa, de forma efetiva, problematizar o caráter complexo de todo o processo.

O autor moçambicano parece apontar para a necessidade de relermos a sociedade atual de seu país como fruto de um largo processo de formação, que não pode prescindir das trocas culturais advindas da convivência, mesmo que pouco pacífica, de vários povos e etnias em um mesmo espaço. Com isto, se considero o pensamento de Eduardo Vianna Hissa, ao afirmar que "uma reflexão sobre limites e fronteiras é, também, uma reflexão sobre o poder"

(HISSA, 2002: 35), e transfiro o conceito de limite para um universo mais amplo, que me permita considerar o próprio processo de consolidação da moçambicanidade, nos moldes propostos pela Frelimo, como um esforço de delimitação, ou seja, de estabelecimento de fronteiras entre o que é e o que não é ser moçambicano, bem como entre o que é e o que não é literatura moçambicana, não posso deixar de aí perceber a constituição de um campo de manobras no qual o apagamento da memória parece constituir-se como uma estratégia fundamental. Para edificar um *homem novo* e, conseqüentemente, uma nova literatura, a Primeira República esforçou-se por apagar tanto a presença portuguesa em suas terras quanto as marcas da tradição, vista como derivadas tanto do “tribalismo” quanto do “tradicionalismo”. É André Cristiano José, jovem investigador da área do Direito e dos Estudos Culturais Comparados, quem nos informa que:

Não se pode, pois, dissociar o processo de construção da identidade nacional moçambicana do projecto político da Frelimo. A consolidação da unidade nacional foi sempre uma prioridade vital para a sobrevivência do movimento e para a exequibilidade do projecto nacional. O imperativo de viabilização do Estado-nação conduziu à necessidade de anular todos os fenômenos que pudessem expor as suas fragilidades e contradições. Nesse sentido, o discurso oficial da Frelimo foi adverso ao “regionalismo”, “tribalismo”, “tradicionalismo”, “racismo” e a todas as formas de dominação e diferenciação social, sobrelevando o conceito de “povo moçambicano”. É eloqüente a sentença política de Samora Machel: “Morra a tribo, para que nasça a Nação”. (JOSÉ, 2008: 146)

Cabe, no entanto, indagar: é possível construir-se o futuro sem uma perspectiva do passado. Ao projetar o *homem novo* e apontar o seu próprio surgimento como marco histórico para o que se deveria conceber como surgimento da nação, a primeira república termina por silenciar elementos significativos no percurso histórico vivenciado em Moçambique, seja a vivência colonial, seja a história anterior à colonização, o que inviabiliza a própria percepção crítica do passado e a sua conseqüente problematização. É Chinua Achebe quem, recuperando um ditado africano, nos informa que: “Até que os leões tenham seus próprios historiadores, a história da caça irá sempre glorificar os caçadores”. Apagar da história oficial do país tanto os leões quanto os caçado-

res pode, entretanto, conduzir essa mesma história a um impasse muito pouco produtivo, já que compreender o passado é chave fundamental não apenas para a construção do presente, mas também para a sua própria ultrapassagem: um povo marcado pelo trauma da violência só pode seguir adiante a partir da consciência crítica do que foi. Desta forma, os textos de João Paulo Borges Coelho, bem como, em outro sentido, os de Paulina Chiziane, parecem tentar, por meio da encenação de uma leitura mais aberta das marcas formadoras da sociedade e das diversas formas de manifestação da cultura em Moçambique, recuperar essa memória e evidenciar o quanto ela é capaz de reverberar no presente, atravessando aspectos importantes do país em que vivem ou viveram.

Se lanço meu olhar para outros países africanos de língua portuguesa, na tentativa de tornar esse diálogo mais produtivo, não seria difícil destacar obras que, ao abordarem criticamente a presença do português como colonizador, estendem a linha de tensão que contrapõe à visão idílica desenhada em alguns dos romances a que aludi no início desse texto, as marcas mais visíveis da violência inerente a todo processo colonial, sem deixar de lado, contudo, uma perspectiva crítica que pode enriquecer a leitura das contradições presentes após as independências de diversos países africanos. Refiro-me, por exemplo, ao romance são tomense *Crónica de uma guerra inventada* (2000), de Sum Marky (pseudônimo de José Ferreira Marques), que acompanha os fatos ocorridos em torno do Massacre de Batepá, de 1953, cujas primeiras abordagens literárias se estabeleceram em poemas de Agostinho Neto e Alda do Espírito Santo³ e que também irá gerar, em 2006, a publicação do romance *Retalhes do massacre de Batepá*, por Malé Madeçu (pseudônimo de Manuel Teles Neto). Por outro lado, e tomando a publicação de *Yaka* (1984), por Pepetela, como um marco paradigmático nesse processo de indagação à presença colonial portuguesa - da mesma forma que anteriormente apontamos *Rudolfo*, bem como *Partes de África* e *O esplendor de Portugal*, como textos matrizes na cena literária portuguesa, aos quais poderia ainda acrescentar *As naus* (1988), do mesmo Lobo Antunes -, acredito na importância de retornarmos à obra do autor angolano publicada no período - sobretudo aos romances *A geração*

3 Os poemas a que me refiro são "Massacre de São Tomé", escrito por Agostinho Neto ainda em fevereiro de 1953 e publicado no conjunto *Sagrada esperança* (1968), e "Onde estão os homens caçados neste vento de loucura", publicado por Alda do Espírito Santo em *É nosso o solo sagrado da terra* (1978).

da utopia (1992) e *A gloriosa família* (1997) – para fundamentar uma reflexão efetiva sobre a memória do período colonial e sua releitura pelo texto literário contemporâneo, bem como acerca da permanência, na atual sociedade angolana, de traços derivados dessa experiência colonial e daquilo que ela representou como instituição de uma sociedade marcada por hierarquias e práticas autoritárias. Por intermédio desse retorno, vejo possibilidades para ensaiar uma problematização do papel da memória na sociedade contemporânea, de sua inserção e valor em um tempo que supostamente pretende abolir as diferenças apontadas pela tradição. É a partir desta linha de raciocínio, desta busca por compreender os trajetos do homem e de sua escrita na contemporaneidade, por desenhar o mapa pelo qual se percorrem tanto as trilhas da tradição quanto as da modernidade, que minha leitura desses problemas se materializa. Vivemos em um período muito próximo ainda do que foi a experiência colonial portuguesa na África e, nesse sentido, creio ser fundamental considerar a definição de Pós-colonialismo apresentada por Boaventura de Sousa Santos, em seu “Do pós-moderno ao pós-colonial e para além de um e do outro”, em que o sociólogo português afirma:

Entendo por pós-colonialismo um conjunto de correntes teóricas e analíticas, com forte implantação nos estudos culturais, mas hoje presentes em todas as ciências sociais, que têm em comum darem primazia teórica e política às relações desiguais entre o Norte e o Sul na explicação ou na compreensão do mundo contemporâneo. Tais relações foram constituídas historicamente pelo colonialismo *e o fim do colonialismo enquanto relação política não acarretou o fim do colonialismo enquanto relação social, enquanto mentalidade e forma de sociabilidade autoritária e discriminatória.* (SANTOS, 2006: 26 – grifo nosso)

É essa ideia da permanência do imaginário colonial a se expressar por uma “sociabilidade autoritária e discriminatória” que me indica a possibilidade de recorrer à teoria pós-colonial tanto para pensar as ex-colônias portuguesas quanto o próprio país europeu. Considerando, portanto, que a leitura estabelecida a partir das margens, das periferias, é uma leitura que propicia maior clareza ao evidenciar estruturas de poder e de saber, talvez seja importante lembrar que busco aqui destacar o texto romanesco como instrumento capaz

de, ao mesmo tempo, iluminar e problematizar relações de poder autoritárias que são geradas pela manutenção social de práticas próprias do colonialismo, práticas essas capazes de revelar concepções de mundo e de saber. Assim, se por um lado e prioritariamente concebo este trabalho de investigação como instrumento de leitura de uma produção literária específica em termos temáticos, por outro é incontornável perceber que aprofundar essa leitura me encaminhará para uma discussão de fundo epistemológico, na esteira daquela que vem sendo desenvolvida com muita perspicácia por intelectuais latino americanos do porte de Walter Dignolo e Enrique Dussel, e para uma busca por salientar aspectos mais críticos acerca do modo como a questão colonial tem sido posta nos países de língua portuguesa. Não me é possível, por exemplo, pôr de lado a necessidade de pensar a comunidade de língua portuguesa em sua configuração atual, que é marcada pela autonomia política de seus membros e pelas relações específicas que cada região estabelece com essa língua e com o seu repertório cultural, questionando o verdadeiro sentido de termos como *lusofonia* e suspeitando do caráter colonizatório que aí pode ser identificado, posto que insere o uso da língua comum em um espaço marcado pela correspondente sobreposição de influências culturais que acabam por obliterar diferenças e multiplicidades, conforme nos indica Alfredo Margarido em seu *A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses* (2000). No entanto, acredito firmemente que uma discussão mais alentada sobre o que representou a experiência colonial nesses países, bem como acerca do que permaneceu, ainda que de forma sub-reptícia, como traço evidente de tal experiência nos países que dela participaram, pode constituir-se como uma plataforma a partir da qual possamos levantar questões e desvelar equívocos. Os fantasmas e as fantasias imperiais, para parafrasear o sugestivo título do livro organizado por Margarida Calafate Ribeiro e Ana Paula Ferreira (2003), aí estão a assombrar-nos a casa e seu exorcismo só será possível pelo exercício da memória e da subversão de seu caráter autoritário. Por isso, e para subverter a ordem de meu discurso, termino por onde deveria ter começado, trazendo como mais uma epígrafe para esse texto o belo poema de Conceição Lima, intitulado "A Casa", em que a poetisa são-tomense contrapõe passado e presente, o público e o privado, para assinalar, mais do que a falência das utopias, a necessidade de se reinventar o projeto inicial, seja ele coletivo ou individual, para que a cidade morta não se sobreponha ao pilar e à paisagem:

Aqui projectei a minha casa:
alta, perpétua, de pedra e claridade.
O basalto negro, poroso
viria da Mesquita.
Do Riboque o barro vermelho
da cor dos hibiscos
para o telhado.
Enorme era a janela e de vidro
que a sala exigia um certo ar de praça.
O quintal era plano, redondo
sem trancas nos caminhos.
Sobre os escombros da cidade morta
projectei a minha casa
recortada contra o mar.
Aqui.
Sonho ainda o pilar –
uma rectidão de torre, de altar.
Ouço murmúrios de barcos
na varanda azul.
E reinvento em cada rosto fio
a fio
as linhas inacabadas do projecto.

(LIMA, 2004: 19 – 20)

Referência Bibliográfica

- ANTUNES, António Lobo. *As naus*. Lisboa: Dom Quixote, 1988.
- ANTUNES, António Lobo. *O esplendor de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1997.
- COELHO, João Paulo Borges. *As duas sombras do rio*. Lisboa: Caminho, 2003.
- COELHO, João Paulo Borges. *As visitas do Dr. Valdez*. Lisboa: Caminho, 2004.
- COELHO, João Paulo Borges. Escrita académica, escrita literária. In: RIBEIRO, Margarida Calafate & MENESES, Maria Paula (org). *Moçambique das Palavras escritas*. Porto: Afrontamento, 2008, p.236.
- COELHO, João Paulo Borges. *Crónica da rua 513.2*. Lisboa: Caminho, 2006.

- GONÇALVES, Olga. *Rudolfo*. Lisboa: Rolim, 1985.
- HISSA, Cássio Eduardo Viana. Fronteiras e limites: a distância e o contato. In: ---. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 35.
- JOSÉ, André Cristiano. Revolução e identidades nacionais em Moçambique. In: RIBEIRO, Margarida Calafate & MENESES, Maria Paula (org). *Moçambique das Palavras escritas*. Porto: Afrontamento, 2008, p.146.
- LIMA, Conceição. *O útero da casa*. Lisboa: Caminho, 2004.
- MACEDO, Helder. *Partes de África*. Lisboa: Presença, 1991.
- MAGALHÃES, Júlio. *Os retornados: um amor nunca se esquece*. Ed. Esp. Limitada. Lisboa: A esfera dos livros, 2008
- MARGARIDO, Alfredo. *A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000.
- MARKY, Sum. *Crónica de uma guerra inventada*. Lisboa: Vega, 1999.
- NETO, Agostinho. *Sagrada esperança*. São Paulo: Ática, 1985.
- NETO, Manuel Telles. *Retalhes do massacre de Batepá*. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 2006.
- PEPETELA. *A gloriosa família*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.
- PEPETELA. *A geração da utopia*. Lisboa: D. Quixote, 1992.
- PEPETELA. *Yaka*. São Paulo: Ática, 1984.
- REBELO, Tiago. *O último ano em Luanda*. 6.ed. Lisboa: Presença, 2008.
- RIBEIRO, Margarida Calafate & FERREIRA, Ana Paula (orgs.). *Fantasma e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo*. Porto: Campo das Letras, 2003.
- SANTO, Alda do Espírito. *É nosso o solo sagrado da terra*. Lisboa: Ulmeiro, 1978.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Do pós-moderno ao pós-colonial e para além de um e do outro. In: ---. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Porto: Afrontamento, 2006, p. 23 – 43.